

TRABALHO DE REVISÃO DE LITERATURA: A PRODUÇÃO EXCESIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE E MEIO AMBIENTE

SANTOS, Weslei Martins¹; SILVEIRA, Priscila Moraes²; OLIVEIRA, Michele Mandagará³.

¹Universidade Federal de Pelotas/ Faculdade de Engenharia Sanitária Ambiental;

²Universidade Federal de Pelotas/ Faculdade de Enfermagem; ³Universidade Federal de Pelotas; Departamento de Enfermagem.

1. INTRODUÇÃO:

Desde a antiguidade, relatam-se efeitos na saúde provocados pelas condições ambientais. O rápido processo de industrialização e de urbanização nos meados do século XVIII e XIX desencadeou consequências na saúde da população advindas da problemática ambiental instalada no período ⁽¹⁾. As práticas sanitárias aí iniciadas visavam à redução e eliminação das doenças provocadas pelo ambiente, surgindo o termo higiene, utilizado como estratégia de saúde em que a vigilância e o controle dos espaços urbanos e dos grupos populacionais passaram a ser monitorados de maneira sistemática ⁽²⁾. É a partir da segunda metade do século XX que a inter-relação da saúde com o ambiente se insere nas preocupações da saúde pública, cuja definição dada pela OMS ⁽³⁾ é: “saúde ambiental é o campo de atuação da saúde pública que se ocupa das formas de vida, das substâncias e das condições em torno do ser humano, que podem exercer alguma influência sobre a sua saúde e o seu bem-estar”. Segundo Augusto, é com essa definição que o conceito de saúde mostra-se claramente como resultante das condições de vida e do ambiente. Ao mesmo tempo em que degradam o homem, sua qualidade de vida e seu estado de saúde, os padrões de desenvolvimento adotados vêm favorecendo a degradação ambiental por meio da exploração predatória de recursos naturais e poluição, às quais, por sua vez, têm gerado grandes impactos nas condições de saúde e qualidade de vida da população ⁽⁴⁾.

Os resíduos sólidos urbanos (RSU), mais conhecidos como lixo, constituem uma preocupação ambiental mundial, especialmente em grandes centros urbanos de países subdesenvolvidos. Pouco se conhece sobre as repercussões da disposição desses resíduos a céu aberto na saúde humana e das práticas sanitárias da população em relação a eles. A geração de RSU,

proporcional ao crescimento populacional, suscita uma maior demanda por serviços de coleta pública e esses resíduos, se não coletados e tratados adequadamente, provocam efeitos diretos e indiretos na saúde, além da degradação ambiental. A preocupação mundial em relação aos problemas ligados aos RSU consta no capítulo 21 do documento final produzido na Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Eco-92. Este documento propõe como um dos principais compromissos da humanidade para as futuras gerações o Desenvolvimento Sustentável, que deverá conciliar justiça social, eficiência econômica e equilíbrio ambiental⁽⁵⁾.

As diretrizes da Agenda 21 brasileira seguem as recomendações da CNUMAD e indica como estratégias para o gerenciamento adequado de RSU: a minimização da produção de resíduos; a maximização de práticas de reutilização e reciclagem ambientalmente corretas; a promoção de sistemas de tratamento e disposição de resíduos compatíveis com a preservação ambiental; a extensão de cobertura dos serviços de coleta e destino final⁽⁶⁾.

Hoje, sabe-se que os serviços de saneamento são de vital importância para proteger a saúde da população, minimizar as consequências da pobreza e proteger o meio ambiente. No entanto, os recursos financeiros disponíveis para o setor são escassos no Brasil, a despeito das carências observadas. Logo, a ausência de estudos sobre a influência da cobertura populacional por serviços de saneamento sobre as condições de saúde existentes nas diferentes unidades da federação constitui uma importante lacuna nas pesquisas no campo do saneamento no Brasil. Os países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil, entrou no terceiro milênio ressuscitando patologias do início do século XX. A ausência de serviços de saneamento tem resultado em precárias condições de saúde de uma parte significativa da população brasileira, com a incidência de doenças, destacando-se as de veiculação hídrica, tais como diarreias, hepatite, cólera, parasitoses intestinais, febre tifoide, entre outras. Em consequência, a taxa de mortalidade infantil no Brasil ainda é elevada – 27 óbitos de menores de um ano por mil nascidos vivos, mas sua queda é inegável: em 1970 ela estava próxima de 100 por mil nascidos⁽⁷⁾.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define Saúde Ambiental como as consequências na saúde da interação entre a população humana e o meio ambiente físico natural e o transformado pelo homem - e o social. Todavia, é preciso explicitar mais essa área de estudos que tem a relação entre saúde e o meio ambiente como objeto principal. Saúde ambiental também pode ser entendida apenas como os agravos à saúde devidos a fatores físicos, químicos e biológicos mais diretamente relacionados com a poluição, o que atribui um caráter eminentemente ecológico ao processo saúde-doença⁽⁸⁾.

2. METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS):

Este estudo consiste em uma revisão literária onde visa contribuir e explicitar uma pesquisa teórica sobre o assunto. Baseada em fontes como livros, periódicos, textos e artigos eletrônicos, expostos em bancos de dados como BVS e Scielo, escritos entre 1980 a julho de 2004. Como critério de seleção, adotei a abordagem específica da problemática em questão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Nos últimos anos tem ocorrido a superlotação das áreas urbanas, a urbanização desenfreada, sem mecanismos regulatórios e de controle, trouxe consigo enormes repercussões na saúde da população. Problemas como: Insuficiência dos serviços básicos de saneamento, coleta e destinação adequada do lixo e condições precárias de moradia, tradicionalmente relacionados com a pobreza e o subdesenvolvimento, soma-se agora à poluição química e física do ar, da água e da terra. O lixo urbano constitui-se hoje uma preocupação ambiental nos grandes centros urbanos e ainda pouco se reconhece sobre efeitos à saúde causados pela disposição do mesmo a céu aberto, coletas inadequadas e as práticas sanitárias da população em relação a estes resíduos.

Para rever esse fato é preciso que haja uma reincorporação das questões do meio ambiente nas políticas de saúde, e a integração dos objetivos da saúde numa ampla estratégia de desenvolvimento sustentável.

4. CONCLUSÕES:

A sociedade contemporânea é caracterizada pelo consumo e desperdício exagerados. Porventura isto acaba gerando uma constante elevação dos resíduos sólidos. Quando não tratados, geram sérios problemas ambientais, uma vez que a decomposição deste resíduos sempre acabarão em um recurso hídrico. Além de ser um problema, visando o ponto de vista econômico para os governos, uma vez que o tratamento inadequado do RSU favorece o proliferação de vetores e doenças, causando um gasto milionário anualmente no sistema único de saúde para tratar os enfermos atingidos, que poderia ser evitado com investimentos em programas de reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos.

REFERÊNCIAS:

BOTTOMORE, T.; NISBET, R. (org.). *História da análise sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FREITAS, C.M. *Problemas ambientais, saúde coletiva e ciências sociais*. Rio de Janeiro: Ciência Saúde Coletiva, 2003. 8(1):137-150.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Política nacional de saúde ambiental para o setor saúde*. Site da Internet, 1999. [Acessado em 24 de fevereiro de 2006]. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/svs>.

Augusto LGS, Câmara VM, Carneiro FF, Cândia J, Gouveia N. *Saúde e ambiente: uma reflexão da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO)*. Rev. bras. epidemiol. 2003; 6(2):87-94.

5- UN (United Nations), 1999. Environmentally Sound Management of Solid Waste and Sewage-related Issue. 29 May 2000 <http://www.un.org/esa/sustdev/agenda21 chapter21.htm>

MMA (Ministério do Meio Ambiente), 1999. *Agenda 21 Brasileira: Bases para a Discussão*. Brasília: MMA.

FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de Indicadores Sociais 2004*. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso: 18 abr. 2005.

WORLD HEALTH ORGANIZATION *Creating health cities in the 21st century*. Geneva, 1996. (WHO/EOS/96.9).